

Síntese

Tendências de Migração Internacional :

SOPEMI – Edição 2003

Overview

Trends in International Migration : SOPEMI – 2003 Edition

Portuguese translation

**As sínteses são excertos de publicações da OCDE,
encontrando-se livremente disponíveis na biblioteca on-line:**

www.oecd.org/bookshop/

Esta síntese não é uma tradução oficial da OCDE.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS

O relatório anual de *Tendências de Migração Internacional* analisa as recentes tendências dos movimentos e políticas migratórias. Esta vigésima oitava edição é composta de quatro capítulos e de um anexo estatístico que abrange numerosos temas relacionados com a migração, bem como informações específicas relativas a 29 países membros da OCDE e a países não-membros selecionados (Países Bálticos, Bulgária, Romênia).

O primeiro capítulo do relatório anual 2003 de *Tendências de Migração Internacional* compreende três partes que descrevem os fatos mais relevantes observados em 2001-2002. A primeira parte examina as mudanças nos movimentos migratórios e na população estrangeira dos países membros da OCDE (I.A.). A segunda parte enfatiza o estatuto do imigrante no mercado de trabalho (I.B.), e a terceira fornece uma síntese das políticas migratórias (I.C.).

A despeito da deterioração do clima econômico em alguns países da OCDE, a tendência ao aumento da migração internacional observada desde os meados dos anos 1990 continuou em 2001. Os dados parcialmente disponíveis para o ano 2002 mostram uma desaceleração desta tendência, o que não representa, porém, uma diminuição significativa. A migração ligada ao trabalho, seja de caráter temporário ou permanente, cresceu sensivelmente em vários países da OCDE. Isto se deveu em parte à migração de empregados qualificados nas áreas de tecnologias de informação e comunicação, bem como nos setores de saúde e educação. No entanto, a migração por motivos familiares continua representando a maior categoria de entradas em muitos países da OCDE. Os dados mais recentes para 2002 mostram que, após alguns anos de forte aumento, as entradas daqueles que solicitam asilo político aumentam mais vagarosamente.

A imigração tem um papel relevante na demografia de numerosos países europeus da OCDE (especialmente Itália e Espanha), na medida em que compensa o declínio da população (na Alemanha, por exemplo). O aumento das naturalizações e as medidas adotadas para facilitar a aquisição de nacionalidade explicam porque tem sido crescente o número de imigrantes e de membros de suas famílias que se estabelecem nos países anfitriões. Ao mesmo tempo, nos países anfitriões, como a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos e a Nova Zelândia, comparações intercensitárias relevam a proporção crescente de população nascida no estrangeiro em relação à população total.

Tendências recentes também refletem o interesse renovado na contratação de novos empregados imigrantes em vários países da OCDE. O envelhecimento da população bem como os desequilíbrios persistentes no mercado de trabalho explicam parcialmente essa tendência. Embora a gestão de fluxos permaneça altamente prioritária, certos países da OCDE procuram atrair empregados estrangeiros qualificados e altamente qualificados, e estão facilitando o acesso dos estudantes estrangeiros ao mercado de trabalho após sua graduação. Foram introduzidas novas leis relacionadas com a migração por motivos de trabalho para atender às novas necessidades do mercado de trabalho. Alguns países também procuram empregados menos qualificados, em particular nos setores de agricultura (Estados Unidos, Austrália, Espanha e Grécia), construção, serviços de assistência a idosos e outros serviços comerciais e serviços domésticos (Itália, Portugal, Reino-Unido). Isso fica mais evidente no aumento do fluxo de migração por motivo de trabalho temporário em comparação com o total dos fluxos (a "migração temporária" inclui licenças de curto prazo, empregos temporários, missões provisórias no âmbito de empresas multinacionais, estágios profissionais, e "trabalhos durante as férias").

Em 2002, estrangeiros e imigrantes constituíam uma importante parte da população ativa em vários países da OCDE. Nos países de acolhimento (Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos), estrangeiros e imigrantes representavam entre 15% e 20% da mão-de-obra. Estrangeiros também eram bem representados em muitos mercados de trabalho europeus, como em Luxemburgo

(43,2% de estrangeiros na população ativa), Suíça (21,8%), e um pouco menor na Áustria (9,9%), Alemanha (8,9%), Bélgica (8,2%) e França (6,2%).

Em 2002, na maioria dos países da OCDE, estrangeiros e imigrantes tinham mais chances de ter menores taxas de participação na população ativa que os nacionais de origem estrangeira. A diferença na taxa de participação, quando comparada à dos nacionais, é ainda superior para mulheres. Em 2002, estrangeiros e imigrantes também tinham mais chances de estarem desempregados que os nacionais. Com exceção do Canadá, Estados Unidos e Irlanda, esta observação pode ser verificada tanto para homens como para mulheres. A taxa de desemprego das mulheres tinha tendência, porém, a ser significativamente superior à dos homólogos masculinos. A taxa de desemprego de mulheres estrangeiras alcançou os 21% na França, 17,8% na Bélgica e 17% na Espanha.

Em termos de repartição setorial do emprego, os estrangeiros são geralmente amplamente representados na construção, na hotelaria e na restauração, bem como nos serviços domésticos; ou seja, a proporção de estrangeiros que trabalha nesses setores é superior à sua proporção em relação à mão-de-obra total. No entanto, a repartição setorial varia significativamente de um país para outro. Mais de 8,5% de estrangeiros trabalham no setor da agricultura, na Espanha; 24,5% no setor mineiro, manufatureiro e energético, na Áustria; 30% na construção, em Portugal; 20% no comércio atacadista e varejista, nos Estados Unidos; aproximadamente 16,5% em hotéis e restaurantes, na Espanha; 11% na educação, na Finlândia; 21% na saúde e outros serviços à comunidade, na Noruega; e 17% nos serviços domésticos, na Grécia.

Uma análise das mudanças na situação dos empregados estrangeiros no mercado de trabalho durante a última década comprova que, a despeito da melhoria no emprego dos estrangeiros durante a última fase de crescimento econômico, o emprego dos estrangeiros permanece sensível aos choques cíclicos, e certas subcategorias de empregados estrangeiros permanecem vulneráveis (em especial, as mulheres e os trabalhadores mais jovens ou mais idosos, por exemplo). A melhoria geral da situação de emprego não é suficiente, porém, para garantir aos estrangeiros uma integração sustentável no mercado de trabalho.

O relatório apresenta também um inventário das recentes mudanças nas políticas migratórias dos países da OCDE. Entre as tendências, os países da OCDE reforçaram os controles nas fronteiras e internamente, em parte para responder às questões de segurança no âmbito do combate global ao terrorismo, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, mas também para combater a migração ilegal e as redes de tráfico e exploração de seres humanos. Muitos países da OCDE promulgaram novas leis relativas à entrada, permanência e emprego de estrangeiros (Dinamarca, Alemanha, Portugal e Grécia, por exemplo). Outros reforçaram medidas para acelerar o processo de pedido de asilo (Suíça), ou adotaram disposições para limitar sua admissibilidade (como o Reino Unido e os Países Baixos).

A integração dos imigrantes no mercado de trabalho e as medidas de assistência aos recém-chegados figuram entre as prioridades da maioria dos países da OCDE, que reforçaram as disposições visando à melhoria da competência lingüística e à formação profissional dos imigrantes, assim como para combater a discriminação. Vários países adotaram medidas legais para modificar os regulamentos referentes à aquisição de nacionalidade, outros facilitaram o processo de pedido (o Luxemburgo por exemplo) ou exigiram que os candidatos à naturalização demonstrassem conhecimento mais aprofundado da língua e da sociedade do país anfitrião (nos Países Baixos, na Áustria e Dinamarca, entre outros).

No âmbito da União Européia, inúmeras diretrizes visam harmonizar as políticas migratórias entre os países membros. Essas decisões estão relacionadas com a adoção de um quadro jurídico harmônico, com vistas aos nacionais de países terceiros, e todas são muito importantes na medida em que vão abranger os dez novos países membros a partir de 2004, em razão do princípio do *acquis communautaire* (patrimônio da Comunidade). A cooperação internacional em matéria de gerenciamento da política externa européia está integrada num plano detalhado para harmonizar as políticas de concessão de visto, aumentar o compartilhamento de informação entre os serviços de controle de fronteira e estimular o empenho dos países em desenvolvimento.

A edição 2003 do relatório anual de *Tendências de Migração Internacional* compreende dois capítulos especiais enfocando temas especiais ligados às recentes evoluções migratórias. O primeiro tema trata dos aspectos regionais da migração internacional, e o segundo aborda a mobilidade internacional dos profissionais da saúde com base no caso da África do Sul.

Um renovado interesse pelos aspectos regionais da migração internacional está emergindo em vários países da OCDE. Esse interesse é motivado, entre outros, pela influência crescente das regiões nas políticas migratórias, pela disposição de garantir que todos os países membros sejam beneficiados pela migração internacional, assim como no que diz respeito ao potencial efeito de concentração de estrangeiros ou de imigrantes nas grandes cidades e sua integração no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

O capítulo não pretende tratar do conjunto dos problemas ligados aos aspectos regionais da migração, a intenção é de abordar mais precisamente a questão "Onde moram os imigrantes?" A existência de diferenças internacionais na distribuição geográfica dos imigrantes levanta a questão dos fatores que afetam o local que os imigrantes escolheram para morar ao chegarem no país anfitrião. No limite dos dados disponíveis, o estudo identificou os seguintes fatores determinantes da escolha do local de residência pelos imigrantes : (i) atratividade do local de destino, em termos de características regionais (qualidade de serviços e existência de equipamentos, por exemplo), e de oportunidades econômicas, (ii) presença de membros da família ou de pessoas da mesma origem, e (iii) importância do local de entrada e proximidade geográfica do país anfitrião com o país de origem. As características pessoais dos imigrantes (país de origem, razão da entrada, idade na época da migração, duração da permanência), assim como as características da região de destino também têm um papel importante.

Este tema especial apresenta a descrição de alguns programas regionais de migração na Austrália e no Canadá, com o objetivo de garantir a todas as regiões os benefícios da migração internacional. Destacam-se, em particular, os vínculos entre as políticas de desenvolvimento regional e as políticas migratórias. O estudo aponta para a interconexão entre o desenvolvimento econômico local e os aspectos regionais da migração internacional, e conclui que se as políticas migratórias não puderem ser abordadas unicamente em sua disparidade, podem ser incluídas eficientemente nos programas de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo especial examina, com base no caso da África do Sul, o impacto da mobilidade internacional dos profissionais de saúde. Tenta identificar estratégias que possam ajudar a reduzir os impactos negativos potenciais sobre o país de origem e a melhor compartilhar dos benefícios dessa mobilidade. O capítulo mostra que estes riscos são reais no caso do pessoal da área da saúde na África do Sul.

A mobilidade internacional dos empregados altamente qualificados aumentou nitidamente nos anos 1990. Mais visível nas profissões ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação,

tornou-se também cada vez mais comum entre os profissionais da saúde. Na África do Sul em particular, onde o equilíbrio migratório se deteriorou continuamente nos últimos quinze anos, a mobilidade internacional dos profissionais da saúde tornou-se uma questão importante.

Os fatores que determinam a mobilidade internacional dos profissionais da saúde coincidem amplamente com os fatores referentes aos empregados altamente qualificados em geral, e decorrem da combinação de diversos fatores. No entanto, devem também ser mencionados alguns aspectos mais específicos ao pessoal da área da saúde, tais como os salários pertinentes nos países de origem, e as condições de trabalho cada vez piores no setor sanitário.

Este estudo revela que a emigração nem sempre constitui a causa principal dos problemas enfrentados pelos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento, embora seja um fator agravante. Isto supõe que a política governamental, no setor da saúde e além, tenha um papel-chave na promoção e na melhoria do gerenciamento de recursos humanos. O governo da África do Sul introduziu ultimamente uma série de medidas visando à retenção dos empregados sul-africanos, e a facilitar a imigração de empregados estrangeiros qualificados. Este relatório observa as principais reformas ocorridas no setor da saúde, incluindo: i) introdução de um serviço comunitário obrigatório, ii) treinamento, iii) melhoria das condições de trabalho, incluindo o salário, e iv) maior cooperação internacional com os principais países de destino dos empregados da saúde sul-africanos.

No caso particular da África do Sul, e com referência a vários outros países, este relatório mostra o quanto é importante, em nível nacional, nos países de origem, bem como em nível internacional, reforçar a coerência política no campo da ajuda à migração e ao desenvolvimento, de modo a assegurar que os benefícios resultantes da mobilidade internacional dos empregados da saúde sejam compartilhados de maneira justa e sustentável.

A última parte da edição de 2003 deste relatório anual de *Tendências de Migração Internacional* inclui uma descrição detalhada da recente evolução dos fluxos e políticas migratórias para 29 países membros da OCDE e países não-membros selecionados (Países Bálticos, Bulgária e Romênia). Essa parte do relatório, enriquecida com estatísticas nacionais, examina os fluxos de emigração e imigração bem como as mudanças relacionadas com os refugiados e com aqueles que solicitaram asilo político. Trata também da proporção de população estrangeira e nacional comparada à população global, e evidencia a importância relativa da nacionalidade, idade, gênero e meios de entrada, se pertinente. Quando se aplicar, as taxas de naturalização são comunicadas.

Notas detalhadas por país apresentam a nova legislação e as medidas desenvolvidas por cada país em relação à política migratória. Estas evoluções ocorrem em inúmeras áreas, incluindo a entrada, a permanência e a integração dos estrangeiros. Essas notas detalhadas também examinam a legislação relativa ao asilo, aos direitos dos refugiados, à naturalização e à migração ilegal.

A diversidade de sistemas migratórios e legislações entre países pode ser observada nas diferenças das estatísticas migratórias, o que dificulta a comparação dos dados disponíveis. O Anexo Estatístico, que encerra este relatório anual, objetiva melhorar a comparabilidade desses dados e descreve as fontes e os métodos empregados para gerar as estatísticas da migração. Os quadros anexos são agrupados em duas partes: a primeira fornece os dados agregados armazenados e o fluxo de estatísticas, assim como, os dados administrativos sobre os candidatos a asilo e a naturalizações, e a segunda, os dados desagregados similares por país de origem.

**Esta síntese é uma tradução dos excertos da publicação original da OCDE,
publicada com os seguintes títulos em Inglês e Francês:**

Trends in International Migration : SOPEMI – 2003 Edition

Tendances des Migrations Internationales : SOPEMI – Edition 2003

© 2003, OECD.

More information on www.oecd.org/daf/investment/guidelines

As publicações e as sínteses da OCDE estão disponíveis na biblioteca on-line da OCDE no
website www.oecd.org/bookshop/

*Na biblioteca on-line da OCDE no campo "Title Search" digite "overview" ou digite o título da
publicação em Inglês (as sínteses são unidas pelo título original em Inglês).*

As sínteses são elaboradas pela Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.
email : rights@oecd.org / Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD, 2003

A reprodução desta síntese é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o
título original.